



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Resolução 56/2018, de 26 de fevereiro de 2018

Dispõe sobre **Pedido de Revisão** da decisão do **Conselho Regulador da AGR**, referente ao **Auto de Infração nº 0079/2015** em nome da **Organização Social Instituto de Gestão e Humanização - IGH/HUAPA**, Processo nº 201500029002846.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o que dispõe o inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que estabelecem sobre todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando o art. 89 do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Considerando que a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização - IGH/HUAPA, demonstrando seu inconformismo contra a decisão do **Conselho Regulador da AGR**, conforme **Resolução nº 0292/2017-CR, de 23/10/2017**, apresentou **novo Pedido de Revisão**;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador da AGR, em reunião realizada no dia **21/02/2018**,

RESOLVE:

Art. 1º. Decidir, face a inexistência de fatos novos ou circunstâncias relevantes a ponto de desconstituir a sanção imposta, pela **manutenção** dos efeitos legais do **Auto de Infração nº 0079/2015** e negar provimento ao **novo Pedido de Revisão** apresentado pela **Organização Social Instituto de Gestão e Humanização - IGH**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 24 dias do mês de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RIDOVAL DARCI CHIARELOTO, Presidente**, em 27/02/2018, às 09:23, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1563987** e o código CRC **4B36F6FE**.



Referência: Processo nº 201500029002846



SEI 1563987